



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1013040-90.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Embargante: **Ricardo de Angelis Marinheiro**  
 Embargado: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

RICARDO DE ANGELIS MARINHEIRO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de Banco do Brasil S/A, também qualificado, alegando que o banco exequente, na qualidade de agente financeiro do *Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista*, teria emitido uma cédula de crédito bancário no valor de R\$74.694,40, a ser pago em 05 parcelas anuais, acrescido dos encargos financeiros ali pactuados, vencendo-se a primeira parcela em 20/06/2015 e a última em 20/06/2019 (fls. 14/19), onde o embargante teria a obrigação contratual de aplicar os recursos da operação crédito rural, que teria sido emitida pelo banco exequente, e aplicar os recursos da operação na aquisição de bloco de estufas geminadas MAXX 35x39 m, totalizando 1.365 m² em estrutura galvanizada, pelo preço de R\$74.694,40 e assim teria feito, empregando os recursos da operação na aquisição do bloco de estufas para viabilizar o cultivo de lavoura de rosas, tal como ajustado no contrato, todavia, a obrigação contratual atribuída ao embargante teria restado inexigível, em função de fato superveniente excludente de sua responsabilidade (caso fortuito/força maior), forte no disposto no art. 393, e parágrafo único, do CC c/c os incisos I e VI, do art. 917, do CPC, e que por tratar-se de operação de concessão de crédito rural, o embargante, na condição de produtor rural, não responderia pelas obrigações financeiras, cuja liquidação teria sido obstada por fenômenos naturais, pragas e doenças que atingiram as plantações, por expressa determinação do inciso I, do art. 59, da Lei Federal nº 12.058, de 13 de outubro de 2009; afirmou que todo o ocorrido teria sido devidamente registrado em email trocados entre o embargante e o gerente de relacionamento do banco exequente; alegou que conforme dispõe o art. 393 e §único, do CC, na condição de agente financeiro, o banco exequente deveria ter exigido a contratação de uma apólice de seguro para cobrir eventuais perdas advindas com fenômenos climáticos e pragas na lavoura, pois o embargante, na condição de produtor rural, não responderia pelas obrigações financeiras decorrentes de operação de crédito rural, cuja liquidação teria sido obstada por fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam as plantações, por expressa determinação do inciso I, do art. 59, da Lei Federal nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e afirmou que o produtor agrícola, quando ocorrer uma dessas hipóteses, teria o direito de prorrogar a sua dívida, alongando o prazo de pagamento; diante do exposto, requereu seja atribuído efeito suspensivo aos embargos ora opostos, porquanto presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória, sejam julgados procedentes os embargos opostos, reconhecendo-se, por sentença, a inexigibilidade da obrigação contratual atribuída ao embargante, julgando-se extinta a execução de título extrajudicial aforada, nos termos do art. 393 e parágrafo único do CC c/c inciso I, do art. 59, da Lei federal nº 12.058/09, inciso I e VI, do art. 917, inciso III do art. 920 e art. 925, caput, do NCPC, condenando-se o banco autor ao pagamento das custas e da verba de sucumbência, nos termos da lei.

**1013040-90.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Foi indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo aos embargos.  
 Transcorreu em branco o prazo para o embargado apresentar impugnação.  
 É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível com fundamento no art.355, inciso II, do CPC. Os direitos em questão são patrimoniais disponíveis, pelo que não há nenhum obstáculo à produção dos efeitos mencionados no art. 344 do CPC.

Contudo, não é absoluta a presunção da veracidade gerada pela revelia, não afastando a função jurisdicional para analisar a autenticidade dos fatos apontados na exordial como também a possibilidade destes.

Isso porque os fatos alegados, embora incontroversos, podem não possuir a repercussão jurídica desejada.

Inicialmente, cumpre considerar que a ausência de contratação do seguro agrícola (PROAGRO) não retira a exigibilidade do título.

Neste sentido, cumpre observar que o PROAGRO destina-se a exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural, cuja liquidação venha a ser dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações, na forma do que dispõem os artigos 1º e 4º da Lei 5.969/73 e 59 da Lei 8.171/91.

A posição jurisprudencial do E.TJSP não é diferente: "*EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE Rejeição Defesa admitida para evitar penhora na hipótese de flagrante nulidade do título executivo e de falta das condições da ação Alegação de inexigibilidade do título, diante da ausência de contratação de seguro obrigatório na cédula rural Descabimento Presença dos requisitos da certeza, liquidez e exigibilidade evidenciada Dívida confessada expressamente em dois acordos entabulados entre as partes Inviabilidade do questionamento acerca de encargos e falta de contratação do seguro Rejeição mantida Recurso desprovido.*" (CF; Agravo de Instrumento 0075611-76.2011.8.26.0000 – TJSP - 25/06/2013).

Destarte, o seguro garante a satisfação do crédito financiado de custeio ou investimento concedido por instituição financeira, além da parcela de recursos próprios do produtor.

Oportuno mencionar que inexistente a obrigatoriedade de contratação de seguro no caso de crédito rural, porque a alínea "i" do Decreto-lei nº 296, de 1967, que impunha tal obrigação, foi expressamente revogada pelo artigo 31 da Lei Complementar 126/07. Por outro lado, o artigo 58 da Lei 8.171/91 menciona que "a apólice de seguro agrícola poderá constituir garantia nas obrigações de crédito rural".

Não se pode perder de vista que a cédula de crédito bancário é título executivo e a não contratação de seguro não a vicia.

Embora não esteja negando a dívida, o embargante sustenta que a operação financeira (cédula rural pignoratícia) deve ser analisada à luz das leis de incentivo à agropecuária familiar e, assim, não pode responder pelas obrigações financeiras decorrentes de operação de crédito rural cuja liquidação foi obstada por fenômenos naturais, pragas e doenças que atingiram o cultivo de rosas, conforme expressamente prevê o inciso I, do art. 59 da Lei 8.171/91, cuja redação foi alterada pelo art. 25, da Lei 12.058/09.

Agindo como agiu, ou melhor, negando o seguro, o financiado acabou assumindo o risco da ocorrência de pragas e intempéries e via de consequência da perda ou danos à safra.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Deveria o autor, produtor rurais experiente, ter contratado o seguro com vistas a se proteger de eventual quebra de safra, mas optou, ao contrário das disposições do contrato, por carrear tal responsabilidade à instituição bancária, o que não pode ser admitido.

Quanto à alegação de que fazem jus ao alongamento ou reprogramação da dívida, análise ao Manual de Crédito Rural (MCR) mostra que a pretensão do autor de exoneração do cumprimento das obrigações financeiras ou seu alongamento está prevista somente no âmbito dos Programas de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

E como já explicitado acima, não se verifica a previsão contratual para o enquadramento no PROAGRO. Cumpre destacar que analisando a cédula de crédito de fls. 28/33, verifica-se que nela não consta cláusula específica pela qual o autor tenha manifestado de forma inequívoca sua adesão ao Proagro. A garantia estabelecida, no caso, foi de alienação fiduciária (cf. Fls. 31 – *Garantias*).

Na mesma diapasão, colaciono acórdão exarado pelo E. TJSP: "*AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXONERAÇÃO DE OBRIGAÇÃO FINANCEIRA C.C. INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL DANO MORAL. Pretensão dos autores de exoneração do cumprimento de obrigações financeiras oriundas de uma Cédula de Crédito Bancário Linha FINAME Agrícola-Moderfrota. INADMISSIBILIDADE: Pelo Manual de Crédito Rural (MCR) verifica-se que a pretensão dos autores de exoneração do cumprimento das obrigações financeiras está prevista somente no âmbito dos Programas de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO). A Lei nº 11.775/2008 mostra que a modalidade de financiamento denominada MODERFROTA tem regimento próprio e diverso do programa denominado PROAGRO. O PROAGRO é uma espécie de seguro que beneficia o agricultor que perde a sua colheita ou resultado do seu trabalho em virtude de fenômeno natural como seca ou enchente, etc. Nessa modalidade de financiamento o próprio investimento é perdido com o fenômeno natural. No financiamento MODERFROTA os bens financiados persistem. Improcedência da ação mantida. RECURSO DESPROVIDO.*" (CF; Apelação 0000464-54.2012.8.26.0438 – TJSP - 30/01/2013).

Deste modo, deve ser considerada como legítima a cobrança a título de contraprestação. Sendo assim, não há que se falar em declaração de inexigibilidade do título extrajudicial.

Por todo o exposto, os embargos são improcedentes, cumprindo, assim, ao embargante arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos, opostos por RICARDO DE ANGELIS MARINHEIRO contra Banco do Brasil S/A, em consequência do que CONDENO o embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 10 de maio de 2018

**Vilson Palaro Júnior**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**